

## 4.1 – CONTROLES INTERNOS

Esta política visa estabelecer as normas gerais sobre controles internos, com o intuito de proteger a Instituição como um todo, principalmente os ativos do Banco Industrial e os de seus clientes, com relação a eventuais vulnerabilidades detectadas no processamento dos produtos e serviços oferecidos ao mercado.

### Geral

A área de gestão de Compliance responde por verificações periódicas do nível de controles internos e risco junto às diversas áreas da Instituição, tendo como resultado promover ações junto às mesmas no sentido de esclarecer/ regularizar eventuais desconformidades.

Cabe à área de gestão de Compliance relatar, periodicamente, o nível de controles internos de cada área a fim de que ajustes necessários sejam promovidos.

Cabe à Diretoria de cada área assegurar a redução de riscos em função da melhoria dos controles internos, a fim de proteger a Instituição, seus clientes e funcionários.

Cabe a todos os funcionários do Banco Industrial, conhecer os níveis de risco de suas atividades e estarem de acordo com as normas e regulamentos internos e externos, mantendo o nível adequado de controles internos requeridos.

Nenhuma política, norma, regulamento, processo, procedimento, etc podem ser incluídos, alterados ou excluídos sem que tal modificação seja submetida à análise e aprovação final da área de gestão de Compliance.

Eventuais necessidades de inclusão, alteração ou exclusão de algum dos itens descritos acima devem ser formalmente enviadas à área de gestão de Compliance que, após a análise, submeterá à Diretoria para aprovação ou não, de acordo com a extensão e impacto da mudança nos negócios e na estrutura de controle.

Nenhum funcionário, independente da posição, título ou função, pode processar sozinho uma transação, do seu início à sua conclusão. Deve-se destacar a obrigatoriedade de assinatura e identificação dos funcionários envolvidos na transação, seja ela qual for, confecção ou verificação ou autorização.

É proibido o acatamento de instruções verbais de clientes ou funcionários de nível hierárquico mais alto ou não, que conflitem ou ignorem condições já formalizadas por escrito.

Todo documento que respalde juridicamente os direitos da Instituição ou de seus clientes, tais como contratos, etc, não deve conter qualquer rasura, devendo seus campos estratégicos ser inutilizados quando não preenchidos.

Não é permitida a inserção de correção em documentos e registros importantes internos, sendo que, em casos inevitáveis, poderá ser procedida mediante a invalidação do erro, através de tracejado duplo, sobre o qual deverão ser apostos os vistos do autor da correção em conjunto com a Gerência responsável pelo documento ou registro.

Nenhuma liberação de recursos e/ ou contabilização de operações pode ocorrer antes da verificação dos seguintes itens, entre outros:

- Se a operação está dentro das condições aprovadas;
- Se a operação está aprovada internamente segundo as alçadas;
- Se toda documentação exigida está em ordem;
- Se a operação está dentro das regras estabelecidas pelas autoridades competentes.

É responsabilidade da Auditoria Interna assegurar a eficácia do sistema de controles internos, o que **não** desobriga as demais instâncias da Organização, incluindo a gestão de Compliance, Diretorias e respectivas Gerências, das responsabilidades de verificação e controle nos seus respectivos setores.

Eventuais controles internos inadequados ou inexistentes, verificados pelos trabalhos de Auditoria Interna, devem ser relatados para as devidas análises e providências.

### **Regras, procedimentos e controles internos na Coordenação de Ofertas Públicas**

Para desempenho da atividade de coordenação, foram estabelecidas regras, procedimentos e controles internos a serem observados na intermediação de ofertas públicas pelo Banco Industrial do Brasil. Destacam-se as seguintes regras de conduta e obrigações e mitigadores relacionados a conflito de interesses, barreiras de informações, período de silêncio e restrições à negociação:

**a.** Na prestação dos serviços de coordenação o Banco Industrial do Brasil deve:

I. exercer suas atividades com boa fé, diligência e lealdade, não devendo privilegiar seus próprios interesses ou de pessoas a ele vinculadas em detrimento de interesses do cliente e de investidores;

II. informar ao cliente, sobre a existência de políticas e regras internas para tratamento, prevenção e mitigação de eventuais conflitos de interesses que possam decorrer do exercício das atividades;

III. zelar para que informações que circulam no Banco Industrial em razão de suas demais atividades finalísticas, que não a coordenação, não venham a impactar negativamente o andamento da oferta pública;

IV. zelar, na medida do que lhe couber, pela disponibilização de informações claras, precisas e suficientes sobre a oferta pública, em atenção ao princípio do Full and Fair Disclosure;

V. tomar as cautelas necessárias e agir com diligência para assegurar, na medida do que lhe couber, a conformidade das informações fornecidas no âmbito da oferta pública;

VI. divulgar, nos documentos da oferta pertinentes, eventuais conflitos de interesse que possam decorrer da atuação do Banco Industrial enquanto coordenador, inclusive, mas não limitadamente, no que se refere a eventual relacionamento prévio do emissor;

VII. informar à CVM sempre que verifique a ocorrência ou indícios de violação da legislação que incumba à CVM fiscalizar; e

VIII. tomar as cautelas necessárias, na medida do que lhe couber, para evitar que as operações nas quais participe proporcionem vantagem indevida para uma das partes ou causem dano a terceiros.

**b.** monitorar e registrar a ocorrência de situações de potencial conflito de interesses inclusive em operações com contrapartes que porventura se apresentem no curso da relação contratual entre Banco Industrial e cliente, dando ciência à unidade de controle, bem como transparência ao cliente com relação ao conflito em questão e a respectiva medida mitigadora.

**c.** A alta administração (Presidente, Diretores, Superintendentes e participantes de órgãos colegiados) e os empregados que tenham conhecimento da realização da oferta pública, em função do desempenho de suas atividades, deverão ser comunicados sobre o início do período de silêncio e as cautelas aplicáveis.

d. O Banco Industrial deverá utilizar as informações obtidas em virtude da coordenação como insumo para que atue no melhor desempenho do serviço de coordenação, devendo zelar pela confidencialidade das informações assim identificadas e as que tiver acesso em virtude da oferta pública.

e. Informar à unidade de controle caso, no curso da oferta pública, ingresse na unidade responsável pela coordenação informação que possa se caracterizar como ato ou fato relevante nos termos da regulação da CVM.

f. Aplicam-se aos empregados, colaboradores de quadro permanente ou transitório ou cedidos, estagiários, e membros da alta da administração das empresas as disposições estabelecidas no Código de Ética do Banco Industrial do Brasil.

### **Segregação de Atividades nas operações de Ofertas Públicas**

As atividades relacionadas as operações de ofertas públicas e distribuição de valores mobiliários são segregadas das demais áreas do Banco, com a finalidade de mitigar eventuais conflitos de interesse entre as atividades do Banco Industrial atuando como coordenador ou demais empresas do grupo econômico do Banco.

Seguem abaixo alguns procedimentos que o Banco adota para que este objetivo seja adequadamente cumprido:

As operações de ofertas públicas são segregadas fisicamente, sendo uma área responsável pelas atividades de origem e estruturação das ofertas coordenando os trabalhos dos assessores legais, securitizadoras, agentes fiduciários, agências de rating, etc, e a outra área com atuação na interlocução com os investidores fazendo leitura de mercado e trabalhando no processo de distribuição das ofertas junto aos investidores. Esta segregação das áreas mitiga o risco de possíveis conflitos de interesse.

Além disto o Banco assegura instalações e equipamentos adequados para as áreas do Banco, preserva que somente tenham acesso à informações relevantes, não públicas, arquivos e demais informações confidenciais somente a pessoas autorizadas.

### **Treinamento / Educação Continuada:**

O acesso às informações relevantes e não públicas são tratadas através de treinamentos específicos relacionados à lei geral de proteção de dados (LGPD), reforçando os aspectos de confidencialidade das informações de maneira geral. Além disso, o Banco incentiva a participação dos profissionais em reuniões com a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), bem como participem de treinamentos específicos dentro de um determinado período previamente definido.